



RELISE

O BALANÇO SOCIAL COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: PROPOSTA DE APLICAÇÃO EM METALÚRGICA DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL¹

THE SOCIAL BALANCE AS A MANAGEMENT TOOL: A PROPOSAL FOR APPLICATION IN METALLURGY IN THE NORTHWEST OF THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL

Cristiano Flores²

Jocias Maier Zanatta³

Ismael Alan Halberstadt⁴

RESUMO

O Balanço Social (BS) é uma demonstração complementar que reúne um conjunto de informações sobre aspectos econômicos, sociais, ambientais, projetos e ações implantadas ou em fase de execução. Por ser um instrumento de gestão nas organizações, demonstra a atuação da empresa e sua responsabilidade social e ambiental. O estudo teve o objetivo de elaborar o BS da empresa objeto de estudo, como ferramenta de apoio à gestão, informando as atividades e ações de promoção humana, social e ambiental, evidenciando assim, seu potencial na comunidade na qual está inserida. O processo metodológico adotado neste estudo é uma pesquisa qualitativa e exploratória, em que a coleta de dados se deu através de pesquisa bibliográfica e documental e entrevista com gestor da organização, já a análise dos dados ocorreu de forma descritiva, avaliando-se os balanços patrimoniais de dois exercícios sociais e proposição de balanço social. Desta forma, como resultados, apresentou-se à organização uma proposta de Balanço Social adaptado ao seu perfil, tendo como referência o modelo Ethos e IBASE, e evidenciou-se a evolução positiva dos dados no período pesquisado.

¹ Recebido em 01/07/2021. Aprovado em 04/07/2021. Doi: doi.org/10.5281/zenodo.7538560

² Faculdades Integradas Machado de Assis. cristiano_flores@yahoo.com.br

³ Universidade Federal de Santa Maria. josk85@hotmail.com

⁴ Universidade Federal de Santa Maria. ismaah@hotmail.com



RELISE

40

Palavras-chave: balanço social, metalúrgica, responsabilidade social, transparência.

ABSTRACT

The Social Balance (BS) is a complementary demonstration that brings together a set of information on economic, social, environmental, projects and actions implemented or in the process of being carried out. As a management tool in organizations, it demonstrates the company's performance and its social and environmental responsibility. The study aimed to prepare the BS of the company under study, as a management support tool, informing the activities and actions of human, social and environmental promotion, thus evidencing its potential in the community in which it operates. The methodological process adopted in this study is a qualitative and exploratory research, in which data collection took place through bibliographical and documental research and interviews with the organization's manager, while the data analysis took place in a descriptive way, evaluating the balances assets of two fiscal years and proposition of a social balance. Thus, as a result, a proposal for a Social Balance sheet adapted to its profile was presented to the organization, having as reference the Ethos and IBASE model, and the positive evolution of the data in the period studied was evidenced.

Keywords: social balance, metallurgy, social responsibility, transparency.

INTRODUÇÃO

As organizações para atingirem seus objetivos consomem recursos naturais, utilizam capitais financeiros e tecnológicos, utilizam capacidade laboral da comunidade e subsidiam o Estado (PINTO; RIBEIRO, 2004). Neste contexto, cada vez mais empresas brasileiras vêm adotando o Balanço Social (BS) como um meio para tornar públicas suas ações de responsabilidade social, e trata-se de um movimento novo, ainda em construção, mas que permite à empresa externar com transparência, informações sociais, econômicas e financeiras.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) passou a figurar como elemento obrigatório nas demonstrações financeiras das companhias abertas,



RELISE

e pela sua importância, considera-se que a DVA deve ser incentivada em outras organizações. O objetivo principal da DVA é apresentar a riqueza gerada pela organização e sua distribuição entre as partes que contribuem para a sua geração (MACHADO; MACEDO; MACHADO, 2015).

A responsabilidade social empresarial é a forma de gestão definida pelas ações de ética e transparência da empresa, relacionando o estabelecimento com as metas empresariais pretendidas de modo a impulsionar o desenvolvimento sustentável, respeitando a diversidade e preservando recursos ambientais para gerações presentes e futuras. Jamali (2006) acrescenta que a responsabilidade das organizações em relação ao meio ambiente e sociedade tem evoluído, à medida que, as análises contábeis transcendem a função econômica e passam a observar indicadores de conservação ambiental e impactos sociais e humanos.

O estudo teve o objetivo de elaborar o BS da empresa objeto de estudo, como ferramenta de apoio à gestão, informando as atividades e ações de promoção humana, social e ambiental, evidenciando assim, seu potencial na comunidade na qual está inserida. Para tanto, inicialmente é apresentada breve introdução, em seguida referencial teórico sobre a temática, na sequência a metodologia da pesquisa, na sequência a discussão e análise dos resultados, e por fim, as considerações finais.

BALANÇO SOCIAL

O Balanço Social possibilita que a sociedade tenha conhecimento das ações empresariais, informações socioeconômicas, os gastos e investimentos feitos em benefício dos empregados e em benefício da comunidade. De acordo com Kroetz (2000, p. 93), “a intenção é buscar vantagens competitivas minimizando os impactos ambientais”.



RELISE

Referem-se ao Balanço Social, Iudícibus, Marion e Pereira (2003, p. 30), da seguinte forma:

Relatório que contém dados, os quais permitem identificar o perfil da atuação social da empresa durante o ano, a qualidade de suas relações com os empregados, a participação dos empregados nos resultados econômicos da empresa e as possibilidades de desenvolvimento pessoal, bem como a forma de sua interação com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

Luca (1998) complementa que o BS é um instrumento que permite avaliar os resultados obtidos durante determinado exercício em relação à empresa com a sociedade. Na versão registrada por Kroetz (1998, apud REIS; MEDEIROS, 2009), “o Balanço Social é uma peça integrante da contabilidade social, que por sua vez, é uma parte da ciência contábil, que tem como objeto estudar reflexos das variações patrimoniais nas empresas, na sociedade e no meio ambiente”.

O destaque dado por Tinoco (2001, p. 14) reforça:

O Balanço Social é um instrumento de gestão e de informação que visa evidenciar, da forma mais transparente possível, informações econômicas e sociais, do desempenho das entidades, aos mais diferenciados usuários, entre estes, os funcionários.

O BS deve ser simples e claro, que permita a utilização de parâmetros e a comparação do desempenho da empresa por parte dos consumidores, investidores e da sociedade em geral. O BS busca demonstrar o grau de responsabilidade social assumido pela empresa e assim prestar contas à sociedade pelo uso do patrimônio público, constituído dos recursos naturais, humanos e o direito de conviver e usufruir dos benefícios da sociedade em que atua, mencionam Iudícibus, Martins e Gelbke (2008).

Contabilmente, o BS tem servido como uma ferramenta analítica para as organizações, capaz de identificar situações nas quais é necessário levar em consideração a série de efeitos que sintetizam a expressão responsabilidade social da entidade (Kroetz, 2000).



RELISE

43

ESTRUTURA DO BALANÇO SOCIAL

No Brasil, segundo Kroetz (2000) e Reis e Medeiros (2009), a estrutura e conteúdo de relatórios sociais seguem os modelos propostos pela *Global Reporting Initiative (GRI)*, *Institute of Social and Ethical AccountAbility (ISEA)*, Ethos de Responsabilidade Social Empresarial e o Modelo de Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). Conforme Reis e Medeiros (2009, p. 138), os Balanços Sociais publicados conforme os modelos Ethos e Ibase, são divulgados de forma padronizada, facilitando a leitura e a interpretação de indicadores de Responsabilidade Social e tornando-o prático como instrumento de gestão.

Os tópicos do Balanço Social podem ser modificados conforme a realidade da empresa, incluindo itens considerados relevantes que justifiquem a sua inclusão, desde que contemplem a realidade organizacional. Segundo publicam Reise Medeiros (2009), o modelo adotado pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários) segue o modelo sugerido pelo Instituto Ethos, demonstrado no Quadro 1.

A concepção da estrutura do relatório considera que possa ser aplicado a qualquer tipo de organização, independente do seu porte ou segmento de atuação, pública ou privada.



RELISE

44

Quadro 1: Estrutura do relatório sugerido pelo Instituto Ethos e IBASE.

Apresentação
01. Mensagem do Presidente
02. Perfil do Empreendimento
03. Setor da Economia
Parte I – A Empresa
04. Histórico
05. Princípios e Valores
06. Estrutura e Funcionamento
07. Governança Corporativa
Parte II – O Negócio
08. Visão
09. Diálogo com Partes Interessadas
10. Indicadores de Desempenho
10.1 Indicadores de Desempenho Econômico
10.2 Indicadores de Desempenho Social
10.3 Indicadores de Desempenho Ambiental
Anexos
11. Demonstrativo do Balanço Social (modelo IBASE)
12. Iniciativas do Interesse da Sociedade (Projetos Sociais)
13. Notas Gerais

Fonte: Reis; Medeiros (2009, p. 100).

INDICADORES

Os indicadores visam destacar como a empresa age em relação à participação e à abrangência na responsabilidade social. Contém elementos essenciais que servem para demonstrar com maior transparência as atividades desenvolvidas pela empresa. Conforme Tinoco (2010), os indicadores se distribuem em quantitativos e qualitativos. A distribuição ocorre da seguinte forma: indicadores de caráter econômico; indicadores de caráter social e indicadores ambientais.



RELISE

Segundo Reis e Medeiros (2009), os indicadores de desempenho econômico buscam dar transparência aos impactos econômicos da empresa, que muitas vezes não estão contemplados nos demonstrativos financeiros convencionais.

Ainda, conforme Reis e Medeiros (2009), os indicadores de desempenho social expressam os impactos das atividades da empresa junto ao público interno, fornecedores, consumidores, clientes, comunidade, governo e sociedade em geral. O bom desempenho deste indicador afeta positivamente a imagem corporativa da empresa.

Em relação ao desempenho ambiental, estes indicadores evidenciam o envolvimento da empresa com o meio ambiente, através dos impactos causados e sua intensidade, quer seja em relação ao ar, água, solo ou biodiversidade (REIS; MEDEIROS, 2009). É através da responsabilidade ambiental que a empresa procura minimizar os impactos negativos e ao mesmo tempo ampliar os impactos positivos, agindo na manutenção e melhoria das condições ambientais, eliminando ações agressivas e disseminando as práticas de conservação.

Segundo declara o Instituto Ethos (2003), os indicadores funcionam como um instrumento para uma autoavaliação das práticas empresariais além de constituir-se de uma ferramenta de gestão e planejamento, sugerindo parâmetros de políticas e ações que a empresa pode desenvolver para aprofundar seu comprometimento com a Responsabilidade Social Empresarial. Os indicadores quantitativos são de uso interno da empresa. Além de utilizados como suporte das respostas dos Indicadores de RSE, os indicadores quantitativos também podem ser incorporados ao monitoramento e avaliação da gestão de responsabilidade social empresarial.



RELISE

Os indicadores qualitativos mensuram os programas internos e externos, relacionadas às metas, ações, projetos, e processos desenvolvidos vinculadas à prática de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e ecoeficiência.

Os indicadores surgiram devido à dificuldade que as empresas tinham em diagnosticar e avaliar seu desempenho quanto à responsabilidade social, acompanhar as atividades desenvolvidas e mensurar seus resultados, afirmam Karkotli e Aragão (2004, apud TINOCO, 2010).

REGIMES LEGAIS DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

A exigência de apresentação da DVA está relacionada com o BSI, em conjunto com as demonstrações contábeis. No Brasil, esta obrigatoriedade ocorre para empresas de grande porte e constituídas sob a forma de sociedade anônima e de capital aberto. Por ser uma fonte de informação, o modelo expõe as atividades econômicas, sendo utilizado também por outras empresas com características diversas, em seus relatórios de gestão ou de seu balanço social.

Desta forma, entende-se que a DVA por ser elaborada através de dados fornecidos pela contabilidade, é considerada um instrumento que possibilita a avaliação da riqueza gerada pelas empresas, como também é fundamental para a demonstração da sua distribuição.

Conforme Tinoco (2010, p. 85), "denomina-se valor adicionado, em determinada etapa da produção, a diferença entre o valor bruto da produção e os consumos intermediários nessa etapa".

A DVA foi inserida no Brasil pela Lei 11.638/2007 que alterou o inciso 'V' do artigo 176 da lei 6.404/1976, criando a obrigatoriedade nas demonstrações financeiras das SA. A resolução do CFC n. 1.010/2005 aprovou



RELISE

47

a NBC T3.7 da DVA, aprovada também pela CVM conforme circular CVM/SEP 001/2008.

Esta demonstração também pode ser usada em outras variáveis, para mensurar outros setores, exemplificando: por funcionários, vendas, receitas, governo e financiadores. Os resultados da DVA geram alguns dos indicadores que compõem o BS.

ELABORAÇÃO DA DVA

Assaf Neto (2009) explica que a DVA abrange dados financeiros reorganizando a tabela da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). A leitura proporciona uma avaliação da participação da organização na economia do Município, Estado e País no qual a empresa encontra-se inserida. Considera-se valor agregado ou adicionado todo custo, despesa ou resultado que dará continuidade na geração de riqueza para a comunidade com a sua movimentação.

Segundo Assaf Neto (2009), a proposta da CVM 24/92, inserida na revisão da Lei das S.A, prevê a obrigação da DVA. A Comissão de Valores Mobiliários - CVM (2008), seguindo orientações do CPC 09, montou uma estrutura para a DVA, a qual foi publicada na Deliberação nº 557 de 12/11/2008 da CVM (2008, p, 5), estabelecendo que a DVA, em sua primeira parte, deve apresentar detalhadamente a formação da riqueza criada pela entidade, sendo os principais componentes transcritos os seguintes itens:

1) Receitas.

- Venda de mercadorias, produtos e serviços. Inclui os valores dos tributos incidentes sobre essas receitas (exemplo: ICMS, IPI, PIS e COFINS), o correspondente ao ingresso bruto ou faturamento bruto, mesmo quando na



RELISE

demonstração do resultado tais tributos estejam fora do cômputo dessas receitas.

- Outras receitas. Igual ao item anterior inclui os tributos incidentes sobre essas receitas.

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa. Constituição/Reversão (inclui os valores relativos à constituição e reversão dessa provisão).

2) Insumos adquiridos de terceiros.

- Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos. Inclui os valores das matérias-primas adquiridas de terceiros e contidas no custo do produto vendido, das mercadorias e dos serviços vendidos adquiridos de terceiros; não inclui gastos com pessoal próprio.

- Materiais, energia, serviços de terceiros e outros. Inclui valores relativos às despesas originadas da utilização desses bens, utilidades e serviços adquiridos junto a terceiros, considerando os tributos incluídos no momento das compras (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), recuperáveis ou não. Esse procedimento é diferente das práticas utilizadas na demonstração do resultado.

- Perda e recuperação de valores ativos. Inclui valores relativos a ajustes por avaliação a valor de mercado de estoques, imobilizados, investimentos etc. Também devem ser incluídos os valores reconhecidos no resultado do período, tanto na constituição quanto na reversão de provisão para perdas por desvalorização de ativos, conforme CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (se no período o valor líquido for positivo, deve ser somado).

- Depreciação, amortização e exaustão. Inclui a despesa ou o custo contabilizado no período.

3) Valor adicionado recebido em transferência.



RELISE

- Resultado de equivalência patrimonial. O resultado da equivalência pode representar receita ou despesa; se despesa, deve ser considerado como redução ou valor negativo.

- Receitas financeiras. Inclui todas as receitas financeiras, inclusive as variações cambiais ativas, independentemente de sua origem.

- Outras receitas. Inclui os dividendos relativos a investimentos avaliados ao custo, aluguéis, direitos de franquia etc.

Continuando com a transcrição da Deliberação nº 557 da CVM (2008, p. 6), a segunda parte da DVA identifica a distribuição da riqueza. Deve apresentar de forma detalhada como a riqueza obtida é distribuída. Os principais componentes são:

1) Pessoal. Valores apropriados ao custo e ao resultado do exercício na forma de:

- Remuneração direta. Representada pelos valores relativos a salários, 13º salário, honorários da administração (inclusive os pagamentos baseados em ações), férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados, etc.

- Benefícios. Representados pelos valores relativos à assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria etc.

- FGTS. Representado pelos valores depositados em conta vinculada dos empregados.

2) Impostos, taxas e contribuições. Valores relativos ao imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuições ao INSS (incluídos os valores do Seguro de Acidentes do Trabalho) que sejam ônus do empregador, bem como os demais impostos e contribuições a que a empresa está sujeita. Para os impostos compensáveis, ICMS, IPI, PIS e COFINS, devem ser considerados apenas os valores devidos ou já recolhidos, que representam a



RELISE

diferença entre os impostos e contribuições incidentes sobre as receitas e os respectivos valores incidentes sobre os itens considerados como “insumos adquiridos de terceiros”.

- Federais: inclui os tributos devidos à União, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Estados, Municípios, Autarquias etc., tais como: IRPJ, CSSL, IPI, CIDE, PIS, COFINS. Inclui também a contribuição sindical patronal.

- Estaduais: inclui os tributos devidos aos Estados, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Municípios, Autarquias, e outros, tais como o ICMS e o IPVA.

- Municipais: inclui os tributos devidos aos Municípios, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte às Autarquias, ou quaisquer outras entidades, tais como o ISS e o IPTU.

3) Remuneração de capitais de terceiros. Valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital.

- Juros. Inclui as despesas financeiras, inclusive as variações cambiais passivas, relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras formas de obtenção de recursos. Inclui os valores que tenham sido capitalizados no período.

- Aluguéis. Todos os aluguéis (inclusive as despesas com arrendamento operacional) pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos.

- Outras. Outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como royalties, franquia, direitos autorais etc.

4) Remuneração de capitais próprios. Valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas.



RELISE

- Juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos. Inclui os valores pagos ou creditados aos sócios e acionistas por conta do resultado do período, ressalvando-se os valores dos JCP transferidos para conta de reserva de lucros. Devem ser incluídos apenas os valores distribuídos com base no resultado do próprio exercício, desconsiderando-se os dividendos distribuídos com base em lucros acumulados de exercícios anteriores, uma vez que já foram tratados como “lucros retidos” no exercício em que foram gerados.

- Lucros retidos e prejuízos do exercício. Os valores relativos ao lucro do exercício destinados às reservas, inclusive os JCP quando tiverem esse tratamento; nos casos de prejuízo, esse valor deve ser incluído com sinal negativo.

- As quantias destinadas aos sócios e acionistas na forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), independentemente de serem registrados como passivo (JCP a pagar) ou como reserva de lucros, devem ter o mesmo tratamento dado aos dividendos no que diz respeito ao exercício a que deve ser imputado.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A Responsabilidade Social (RS), no seu contexto atual, é um assunto que vem cada vez mais sendo discutido e exigido no processo de inserção das organizações na sociedade, pois apresenta informações sobre projetos sociais e a formação e distribuição das riquezas geradas pela empresa. Fazendo referência ao tema, Tinoco (2010) corrobora, “implica tomar consciência e adotar atitudes práticas”. Kroetz (2000) aponta para a preparação dos administradores, apenas a obrigatoriedade da divulgação do balanço social não é suficiente, e Reis e Medeiros (2009, p.12), reforçam a necessidade de todas as empresas adotarem práticas de RS:



RELISE

O caráter obrigatório e ético da responsabilidade social das empresas, mesmo que não previsto legalmente, faz-se necessário em face às consequências sociais que podem advir, perante a sociedade e opinião pública, de decisões e ações tomadas pelas empresas que levem em consideração apenas interesses econômicos.

Segundo o Instituto Ethos (2003), a participação em iniciativas de educação ambiental, são compromissos e ações que a empresa pode e deve executar, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. A respeito da filosofia, princípios e valores empresariais, Rodrigues (2001, p. 26) preceitua:

Essa visão da organização como entidade ética e socialmente responsável, faz com que as organizações passem a se envolver mais com os problemas sociais da comunidade, por meio de participação em campanhas beneficentes, programas de proteção ambiental, contribuição a programas assistenciais e culturais, programas de saúde, alimentação e educação para os funcionários e seus dependentes.

As organizações precisam ter envolvimento e compromisso de contribuir para trazer benefícios em relação aos problemas sociais humanos, conquistando espaço, reconhecimento e respeito diante da sociedade. Segundo Ferrel (2001 apud REIS; MEDEIROS, 2009, p. 15), são quatro os tipos de responsabilidade social: filantrópico, econômico, ético e legal.

No plano externo, o balanço e a RS devem conter informações sobre as atuações e investimentos efetuados nas áreas de educação, esporte, cultura, saneamento, despoluição, tratamento de efluentes (KROETZ, 2000).

O simples fato de tornar públicos documentos internos, não garante que ela seja uma empresa socialmente responsável se não há uma cultura organizacional. A responsabilidade social empresarial deve ser vista como parte da cultura, da visão e dos valores da empresa, requer uma filosofia e um compromisso articulados na afirmação da missão, de ações e atitudes (REIS; MEDEIROS, 2009).



RELISE

53

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Quanto à legislação legal, a União, Estados e Municípios têm criado normas para regulamentar a aplicação do balanço e responsabilidade social nas empresas (Kroetz, 2000).

Nas descrições de Carvalho e Siqueira (2005), o que existe atualmente no Brasil, são poucas leis de âmbito estadual e municipal, projetos de lei federal e o incentivo da classe contábil e de algumas organizações não governamentais, como o IBASE e o Instituto Ethos de Responsabilidade Social. No Brasil, dez regulamentações fornecem padrões para o desenvolvimento do Balanço Social, que são: no âmbito das normas de contabilidade, a NBCT 15 e a Resolução CRC-RJ 292/2001; na esfera federal, o Projeto de Lei 32/1999 (em substituição ao Projeto de Lei 3.166/1997 arquivado em 02/02/1999) e o Projeto de Lei 1.305/2003; na esfera estadual, a Lei 11.440/2000 do Rio Grande do Sul, a Lei 7.987/2002 do Estado do Mato Grosso, e a Lei 2.843/2003 do Estado do Amazonas; e na esfera municipal, a Lei 7.672/1998 de Santo André (SP), a Lei 8.118/1998 de Porto Alegre (RS) alterada pela Lei 8197/1998, e a Lei 9.536/2004 de Londrina (PR) (CARVALHO; SIQUEIRA, 2005).

Segundo Kroetz (2000, p. 63), no Estado do Rio Grande do Sul, a Lei Estadual n. 11.440/2000 estabeleceu o Certificado de Responsabilidade Social para empresas estabelecidas no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul. O art. 211 estipula o Balanço Social como documento pelo qual as empresas e demais entidades devem apresentar dados que permitam identificar o perfil e atuação social durante o exercício, a qualidade de suas relações com os empregados, o cumprimento das cláusulas sociais, a participação dos empregados nos resultados e as possibilidades de desenvolvimento pessoal,



RELISE

bem como a forma de interação das empresas e demais entidades com a comunidade e sua relação com o meio ambiente.

CONTABILIDADE GERENCIAL E O BALANÇO SOCIAL

Conceitualmente, pode-se mencionar que a Contabilidade Gerencial é uma ferramenta contábil capaz de produzir informações de fatos contábeis e econômicos de uma organização, a fim de oferecer subsídios aos administradores para a tomada de decisões. No entender de Crepaldi (1998, p. 18):

Contabilidade Gerencial é o ramo da contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores de empresas que os auxiliem em suas funções gerenciais. É voltada para a melhor utilização dos recursos econômicos da empresa, através de um adequado controle dos insumos efetuado por um sistema de informação gerencial.

De acordo com Ludícibus (2007), a contabilidade gerencial caracteriza-se pelo foco analítico, para os gestores em seu processo decisório, das técnicas contábeis utilizadas nas demonstrações financeiras, de custos e balanços, ou seja, todo relatório contábil feito aos detalhes para a administração utilizar na tomada de decisão compete à contabilidade gerencial, podendo servir ao ponto de vista tanto do usuário interno como externo. Diz-se que a contabilidade financeira é mais utilizada para os usuários externos como credores e autoridades governamentais, e a contabilidade gerencial para os internos, na tomada da decisão.

Fazendo referência, Horngren (1986, p. 22) estabelece: "quando se emprega o termo contabilidade gerencial, quer-se dar ênfase à contabilidade de custos e a financeira" haja vista que a administração tem interesse nesses objetivos.



RELISE

Um contador deverá conhecer a fundo a contabilidade gerencial, porque assim poderá ter uma maior experiência com a combinação de resultados, observar as informações e explaná-las com facilidade para a alta administração, é crucial para o profissional saber gerenciar informações e saber os pontos positivos e negativos de todo o processo, e auxiliar a tomar decisões precisas, se necessárias. Ludícibus (2007, p. 23) revela:

Um contador “com mentalidade gerencial” vai utilizar tais variações, até o extremo grau possível de detalhe, para tentar enveredar um início de contabilidade por responsabilidade ou, pelo menos, para discernir quais as áreas que merecem uma investigação maior, por causa das variações apuradas.

Em relação ao papel do contador no processo de tomada de decisões, Horngren (1986, p. 515) cita: “muitos gerentes querem que o contador ofereça sugestões sobre uma decisão, mesmo que a decisão final sempre pertença ao executivo operacional”.

A contabilidade gerencial deve ser utilizada para direcionar seus negócios, utilizando-a também como um instrumento de análise de desempenho e de monitoramento dos resultados auferidos, pois tal prática proporcionará segurança nas operações.

Sob o ponto de vista de Ludícibus (2007, p. 21), a contabilidade gerencial pode ser caracterizada como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira e de balanços e outros, colocados em perspectiva diferente, em um grau de detalhe mais analítico ou em uma forma de apresentação e classificação diferenciada, de modo a auxiliar a gestão nos processos de tomada de decisão.

Ribeiro (2009) argumenta que interpretar os resultados da empresa é um dos objetivos da contabilidade gerencial, que se utiliza de instrumentos para auxiliar a interpretação dos resultados levantados através da contabilidade



RELISE

financeira, como a análise e a interpretação das demonstrações contábeis, os indicadores financeiros e não financeiros.

No quadro seguinte resume-se algumas técnicas da neocontabilidade, direcionada a auxiliar na administração e tomada de decisões, facilitando para alcançar uma gestão empresarial mais moderna e alinhada com as regras vigentes. O Quadro 3 apresenta a estrutura da contabilidade gerencial.

Quadro 3: Estrutura da contabilidade gerencial

Fator	Contabilidade Gerencial
Objetivos dos Relatórios	Objetivo especial de facilitar o planejamento, controle, avaliação de desempenho e tomada de decisão interna.
Frequência dos relatórios	Quando necessário pela administração
Bases de medida para quantificar dados	Várias bases (moeda corrente, moeda estrangeira, moeda forte, medidas físicas, índices).
Forma dos relatórios	Orçamentos, contabilidade por responsabilidade, relatórios de desempenho, relatórios de custos, relatórios especiais não rotineiros à tomada de decisão.
Custos ou valores utilizados	Históricos e esperados (previstos).
Restrições nas informações fornecidas	Sem restrição, exceto as determinadas pela administração.
Arcabouço teórico e técnico	Utilização pesada de outras disciplinas, como economia, finanças, estatística, pesquisa operacional e comportamento organizacional.
Característica da informação fornecida	Deve ser relevante e a tempo, podendo ser subjetiva, possuindo menos verificabilidade e menos precisão.
Perspectiva dos relatórios	Orientada para o futuro para facilitar o planejamento, controle e avaliação de desempenho antes do fato (para impor metas), acoplada com uma orientação histórica para avaliar os resultados reais (para o controle posterior do fato).

Fonte: adaptado de Padoveze (2008, p. 36).

Conforme ilustrado no Quadro 3, a contabilidade moderna exige cada vez mais informação precisa e correta para mensurar o desempenho de uma organização. Essa estrutura gerencial da informação deve ser abrangente e, ao mesmo tempo, simples e direta. Os relatórios de contabilidade visam principalmente aos usuários internos e externos, que lhes forneça projeções



RELISE

detalhadas da gestão empresarial num determinado exercício, melhorando o processo de identificar, mensurar, acumular, analisar, preparar, interpretar e produzir informações. Aos gestores e administradores fornece os meios para atingir objetivos organizacionais, evidenciando o conjunto de atividades ou tarefas que tenham objetivo específico, como a responsabilidade com o meio ambiente, a DVA, o BS.

Neste contexto a contabilidade gerencial guia a elaboração do BS a partir de seus relatórios gerados pela adequação dos registros contábeis às necessidades de Informações do BS, tais com a elaboração da DVA e registro do investimento em redução do impacto ambiental.

Ainda cabe destacar que um plano de contas na contabilidade gerencial apresenta maior detalhamento em seus registros, contabilizados os custos e despesas de forma segmentada e orientada com a finalidade de informação.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva, pois segundo Gil (2008, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. No que se refere aos procedimentos técnicos utilizados, este estudo se qualifica como um Estudo de Caso, que conforme Gil (2008, p. 54) “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”.

A coleta de dados deu-se através de bibliografias, artigos científicos, pesquisa documental e roteiro de entrevista (adaptado do Instituto Ethos) com



RELISE

gestor da organização, e posterior análise dos balanços dos anos de 2009 e 2010 das demonstrações financeiras e relatórios contábeis da empresa objeto de estudo. A fim de preservar o anonimato da empresa, estes dois períodos não representam o ano real da coleta realizada, visto que, o atingimento do objetivo da pesquisa independe desta informação, tendo somente que serem coletados dois exercícios em sequência, também, foi utilizado indexador para ajustar os dados contábeis.

A partir da metodologia definida e após a coleta de dados junto aos documentos específicos, realizou-se a análise e interpretação dos dados, com a elaboração da DVA e BS, tendo como premissa o modelo Ethos/IBASE.

IDENTIFICAÇÃO DO MODELO A SER ADOTADO PARA A ORGANIZAÇÃO

O modelo Ethos/IBASE, após análise de suas características e forma de apresentação, demonstrou-se adequado ao perfil da organização objeto de estudo. Dentre as características mencionadas podem-se destacar as seguintes: apresentação organizada dos tópicos relevantes em relação à responsabilidade social das empresas, subdivididas em indicadores qualitativos e quantitativos, oportunizando desta forma a apresentação de números, valores monetários e percentuais despendidos pela organização, bem como informações sobre ações ou atitudes dos responsáveis e colaboradores junto à sociedade.

Dentre os indicadores quantitativos destaca-se a divulgação da riqueza gerada pela empresa e sua distribuição nos exercícios sociais em evidência. Estes indicadores surgem a partir da elaboração da DVA, que depois de concluída proporciona dados relevantes sobre a participação da empresa no seu mercado de atuação, com ênfase na sua contribuição à sociedade.



RELISE

Este modelo pode ser adaptado ao porte e características de cada instituição, oportunizando um entendimento facilitado, bem como, devido a sua apresentação visual condensada, condições de disponibilização aos interessados com custos compatíveis com as possibilidades financeiras de entidades de pequeno e médio porte.

O modelo contempla indicadores nos seguintes segmentos: indicadores sociais internos e externos, indicadores ambientais, indicadores do corpo funcional, informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial, onde se encontram os dados da DVA e outras informações relacionadas à empresa.

Com o intuito de obter os dados necessários para a elaboração do modelo proposto, a etapa seguinte consiste na apresentação da coleta de dados e sua tabulação de acordo com a metodologia adotada.

COLETA E ORGANIZAÇÃO DOS DADOS CONTÁBEIS E FINANCEIROS

A partir da definição do modelo, tornou-se necessária a coleta de dados da organização, inicialmente baseada nas demonstrações contábeis e financeiras disponibilizadas pelo sócio-gerente da empresa, possibilitando a identificação dos dados relevantes.

As demonstrações contábeis referem-se aos exercícios sociais dos anos de 2009 e 2010 e oportunizaram, após a aplicação do indexador, a elaboração da DVA e posterior avaliação dos componentes dela, em termos proporcionais em relação aos grupos que a compõem. Esta elaboração deve-se ao fato da empresa objeto de estudo não apresentar a obrigatoriedade de desenvolvê-la.



RELISE

60

A DVA para os referidos exercícios produziu dados para um dos capítulos ou tópicos do BS proposto, denominado pelo Instituto Ethos/IBASE como “informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial”.

As demais informações necessárias para concluir o BS foram obtidas através de entrevistas com o sócio-gerente, tendo como apoio questionário modelo sugerido pelo Instituto Ethos e adaptado ao porte e perfil da organização. Estas entrevistas tornaram possível relacionar as ações sociais que a empresa efetuou nos períodos de referência, com o intuito de relatar junto ao modelo proposto as ações sociais, bem como os benefícios por ela gerados à comunidade, segundo o ponto de vista da entidade.

Após a compilação dos dados, procedeu-se a análise e interpretação dos mesmos. Realizou-se a mensuração dos resultados do período de 2009 e 2010, em que, a elaboração prática do estudo inicia com a elaboração da DVA dos exercícios em questão, conforme segue.

ELABORAÇÃO DA DVA

A base de dados para a elaboração da DVA são os valores constantes na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), redistribuídos ou reclassificados segundo a metodologia descrita no referencial teórico, tendo como referência os exercícios sociais dos anos de 2009 e 2010. A Tabela 1 apresenta a DVA proposta.



RELISE

61

Tabela 1: DVA proposto 2009/2010

DVA 2009/2010 Valores em Reais (R\$)					
		2009	ΔV%	2010	ΔV%
		Indexado	100	Indexado	100
1	Valor Adicionado Bruto Total	7.061.155,38	100,00	11.865.724,28	100,00
1.1	Revenda de mercadorias	74.604,35	1,06	54.798,81	0,46
1.2	Receita Financeira	66.335,32	0,94	110.236,88	0,93
1.3	Prestação De Serviço	11.232,73	0,16	76.437,26	0,64
1.4	Receitas Operacionais	6.904.080,86	97,77	11.478.110,43	96,73
1.5	Receitas com aluguéis	703,63	0,01	-	0,00
1.6	Outras Receitas	31.990,29	0,45	178.354,43	1,50
1.7	Vendas canceladas	(27.791,80)	-0,39	(32.213,52)	-0,26
2	Custos	3.430.986,70	48,59	5.492.952,92	46,29
2.1.	Custo das Matérias Primas	2.661.727,57	37,70	4.539.669,21	38,26
2.2.	Outros Custos	769.259,13	10,89	953.283,71	8,03
3	Valor Adicionado Bruto	3.630.168,68	51,41	6.372.771,37	53,71
4	Despesas	633.528,82	8,97	594.109,23	5,01
4.1	(Despesas Administrativas)	622.559,18	8,81	593.859,79	5,00
4.2	(Outras Despesas)	10.969,63	0,16	249,44	0,01
5	Valor Adicionado Líquido	2.996.639,87	42,44	5.778.662,13	48,70
6	DVA	2.996.639,87	100,00	5.778.662,13	100,00
6.1	Governo	1.103.861,82	36,84	2.274.504,76	39,36
6.1.1	Despesas Tributárias	10.960,34	0,37	32.197,39	0,56
6.1.2	IR	221.124,99	7,38	659.266,33	11,41
6.1.3	CSLL	86.177,94	2,88	237.335,88	4,11
6.1.4	Impostos sobre Vendas e Serviços	785.598,55	26,21	1.345.705,15	23,28
6.2	Funcionários	869.824,91	29,03	1.294.142,38	22,40
6.2.1	Custo de mão-de-obra	869.824,91	29,03	1.294.142,38	22,40
6.3	Juros e aluguéis	408.857,25	13,64	469.551,87	8,13
6.3.1	Despesas financeiras	408.857,25	13,64	469.551,87	8,13
6.4	Cotista /proprietários	614.095,90	20,49	1.740.463,12	30,11
6.4.1	Lucros do exercício	614.095,90	20,49	1.740.463,12	30,11

Fonte: Dados da pesquisa.

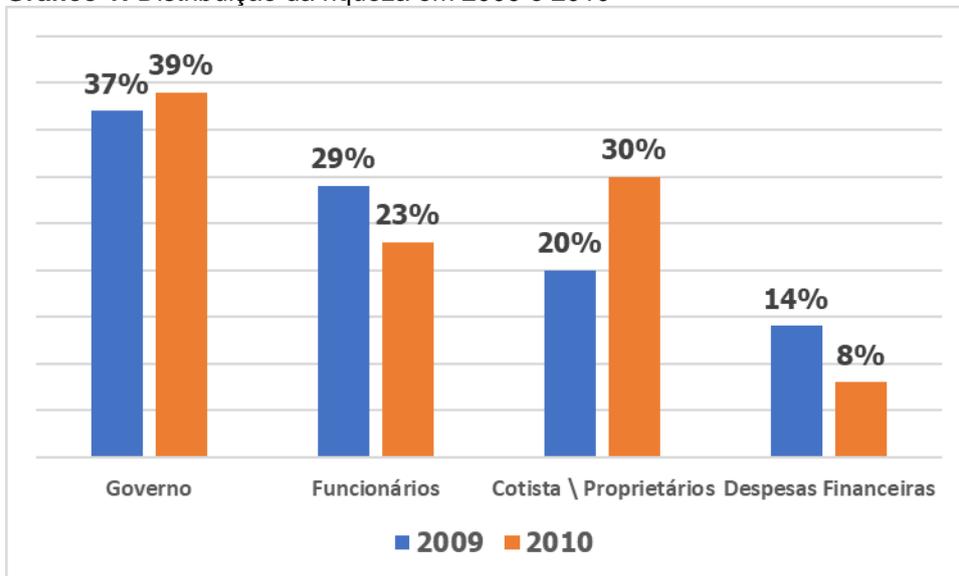
Ao concluir a elaboração das DVAs, apresenta-se relevante a aplicação do cálculo de proporção da participação dos grupos do item 6 que correspondem aos agraciados com a riqueza gerada pela empresa no período, que oportuniza destacar a evolução ocorrida no período. O Gráfico 1 refere-se à distribuição da riqueza gerada pela empresa.



RELISE

62

Gráfico 1: Distribuição da riqueza em 2009 e 2010



Fonte: Dados da pesquisa

O Gráfico demonstra evolução de 50% na distribuição de riqueza para cotistas\proprietários, que se explica pela queda na distribuição de riquezas para Funcionários e despesas financeiras. Reitera-se a elevada carga tributária que representou 37% e 39% nos anos de 2009 e 2010, respectivamente.

BALANÇO SOCIAL 2009/2010 – MODELO ETHOS/IBASE

O BS proposto para a empresa constitui-se de cinco páginas de informações subdivididas em tópicos e produzidas em forma de quadro. Este modelo proporciona condições de impressão facilitada, bem como com custos reduzidos.

Estas características têm por finalidade oportunizar a distribuição deste relatório aos principais interessados, dentre eles, os gestores, colaboradores, governantes e comunidade em geral. Também se destaca que a ordem de apresentação, bem como a sua forma, possibilita o entendimento por parte dos



RELISE

63

envolvidos, pois são autoexplicativas quanto aos valores numéricos e percentuais.

A Tabela 2, a seguir, com base no questionário aplicado ao gestor da organização e pesquisa documental, representa o Balanço Social Anual 2009/2010 elaborado e resumido.

Tabela 2: Balanço social 2009/2010

	2009 indexado			2010 indexado		
1. Base de cálculo	R\$			R\$		
Receita Líquida (RL). "Receita bruta excluída dos impostos, contribuições, devoluções, abatimentos e descontos".	6.177.231,22			9.142.100,46		
Resultado Operacional (RO). "Este se encontra entre o Lucro Bruto e o LAIR (Lucro Antes do Imposto de Renda), ou seja, antes das receitas e despesas não operacionais".	921.398,82			1.259.146,66		
Folha de Pagamento Bruta (FPB). "Somatório de remuneração (salários, gratificações, comissões e abonos), 13º salário, férias e encargos sociais compulsórios (INSS, FGTS e contribuição social)".	869.824,91			1.294.142,38		
	2009 indexado			2010 indexado		
2. Indicadores sociais internos	R\$	% s/FPB	% s/RL	R\$	% s/FPB	% s/RL
Capacitação e desenvolvimento profissional.	NI	NI	NI	9.772,62	0,76%	0,11%
Segurança e saúde no trabalho	NI	NI	NI	16.287,71	1,26%	0,18%
Alimentação "Gastos com manutenção do restaurante da área industrial".	NI	NI	NI	62.544,79	4,83%	0,68%
Saúde. "A empresa disponibiliza como medicina preventiva a vacina antigripal".	NI	NI	NI	1.000,00	0,05%	0,01%
Total – indicadores sociais internos	NI	NI	NI	89.605,12	6,90%	0,98%
3. Indicadores sociais externos	R\$	% s/FPB	% s/RL	R\$	% s/FPB	% s/RL
Convênios para capacitação e desenvolvimento profissional. "A organização investe na capacitação profissional de	NI	NI	NI	22.802,79	1,81%	0,25%



RELISE

seus colaboradores, disponibilizando treinamentos internos e quando necessário um aprendizado mais aprofundado proporciona o colaborador a buscar este conhecimento fora da organização”.						
Cultura. “Show beneficente”.	NI	NI	NI	3,909,05	0,31%	0,04%
Doações ao FUNDICA. “Entidade cultural beneficente”.	NI	NI	NI	1.303,02	0,103%	0,014 %
Incentivo a cultura. Lei ROUANET	NI	NI	NI	8.469,61	0,672%	0,092 %
Total das contribuições à sociedade “Este valor é destinado a shows culturais, doações a hospitais e capacitação profissional”.	NI	NI	NI	36.484,46	2,89%	0,39%
Tributos (excluídos encargos sociais). “Impostos, contribuições e taxas federais, estaduais e municipais”.	1.103.861,82	78,05 %	11,64%	1.481.858,60	117,68 %	16,21 %
Total – indicadores sociais externos	1.103.861,32	78,05 %	11,64%	1.554.827,53	123,45 %	16,99 %
4. Indicadores ambientais	R\$	% s/FPB	% s/RL	R\$	% s/FPB	% s/RL
Investimentos relacionados com o tratamento de resíduos “Investimentos, monitoramento da qualidade dos resíduos, programas de educação ambiental para os(as) funcionários(as) com o objetivo de incrementar e buscar o melhoramento contínuo da qualidade ambiental na produção/operação da empresa”	NI	NI	NI	4.560,56	0,36%	0,05%
Investimento em processo e mapeamento da qualidade ambiental “Destinação para locais corretos de coleta de resíduos da maravalha da usinagem, bem como galões de tinta”.	NI	NI	NI	39.090,49	3,10%	0,42%
Total dos investimentos em meio ambiente	NI	NI	NI	43.651,05	3,46%	0,47%



RELISE

65

5. Indicadores do corpo funcional		2009	2010
Nº de empregados(as) ao final do período		90	115
Nº de admissões durante o período		NI	25
Nº de empregados(as) terceirizados(as)		3	3
Nº de empregados(as) acima de 45 anos		NI	16
Nº de mulheres que trabalham na empresa		NI	27
Nº de negros(as) que trabalham na empresa. A organização não faz distinção no momento da contratação, tendo no atual momento dois colaboradores afros na empresa.		NI	2
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais.		NI	1
Nº de estagiários(as)		NI	7
6. Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial			
Média salarial na empresa Resultado absoluto da soma da maior remuneração e da menor, dividindo por dois.		710,00	800,00
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:		<input checked="" type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)	<input checked="" type="checkbox"/> direção <input type="checkbox"/> direção e gerências <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:		<input checked="" type="checkbox"/> direção e supervisão setorial <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input type="checkbox"/> todos(as) + CIPA	<input checked="" type="checkbox"/> direção e supervisão setorial <input type="checkbox"/> todos(as) empregados(as) <input type="checkbox"/> todos(as) + CIPA
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:		<input type="checkbox"/> não são considerados <input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos	<input type="checkbox"/> não são considerados <input checked="" type="checkbox"/> são sugeridos <input type="checkbox"/> são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:		<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apoia <input type="checkbox"/> organiza e incentiva	<input checked="" type="checkbox"/> não se envolve <input type="checkbox"/> apoia <input type="checkbox"/> organiza e incentiva
Valor adicionado total a distribuir (R\$)		2.996.639,87	5.778.662,13
Distribuição do Valor Adicionado DVA em 2009		Constata-se que a empresa em questão distribuiu 37% da sua riqueza para o governo, 29% para seus funcionários, 20% para os cotistas e 14% da riqueza para capital adquirido de terceiros. Na empresa, de todo o seu faturamento 42% refere-se à riqueza gerada para a comunidade em que está inserida. Destaca-se a participação expressiva do	



RELISE

66

	agraciado governo, que a partir do recolhimento dos tributos gerados pela produção e comercialização recebe 37% desta riqueza. Estes tributos envolvem as três esferas, municipal, estadual e federal.
Distribuição do Valor Adicionado DVA em 2010	No exercício de 2010 identificou-se elevação da riqueza gerada em 6,26 pontos percentuais. Quanto a distribuição desta riqueza, a maior parcela coube ao governo com 39%, seguido dos cotistas com participação de 30% sobre o total distribuído. A parte que coube aos colaboradores corresponde a 23 pontos percentuais registrando uma redução em relação ao exercício anterior. Cabe destacar que em termos monetários houve um acréscimo de 17 pontos percentuais para cada colaborador.
Comparativo 2009/2010 da DVA	Na análise comparativa entres os exercícios de 2009 e 2010 constata-se que houve um aumento na geração de riqueza em seis pontos percentuais. Destaca-se que a empresa teve um crescimento no seu faturamento de 10% em relação ao exercício de 2009. Referente à participação dos colaboradores observa-se que decresceu em 6% no total. Como já era previsto pela cultura da empresa de não buscar recursos financeiro externos naturalmente as despesas financeiras comparadas com 2009 e 2010 decaíram em 6%.
7. Outras informações	
Empresa	Confidencial
Localização	Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul
Histórico	Confidencial
Principais Produtos	a) Tubos de aço para sistemas hidráulicos de alta pressão. b) Conformação de tubos de aço, solda, pintura líquida e pó. c) Galvânica (zincagem).
Área de atuação	Região Sul do País
Outros dados	A Empresa mantém um sistema de gestão de qualidade voltado a atender e superar as expectativas dos clientes, e que nos últimos anos vem sendo reconhecida por seus principais clientes pela excelência em qualidade dos seus produtos.

Legenda: NI – Não Informado

Fonte: Dados da pesquisa.



RELISE

O BS apresentado a partir do modelo sugerido pelo Instituto Ethos/IBASE demonstra-se adequado para a empresa objeto deste estudo, visto que oportuniza a divulgação dos dados considerados relevantes pela gestão e de interesse da comunidade em que está inserida.

São inúmeros os benefícios gerados pela elaboração deste relatório, neste sentido, é importante que a empresa inclua o BS em sua rotina, que passe a produzi-lo em todos os exercícios sociais e principalmente registre as ações sociais desenvolvidas no decorrer dos exercícios, e ainda, que disponibilize aos envolvidos os resultados.

Adaptações ao plano de contas contábil também se apresenta como fator relevante para facilitar a coleta dos dados necessários, tais como, a contabilização em destaque dos gastos com investimentos em estrutura física para redução de impactos ambientais, apoio a entidades beneficentes, capacitações de funcionários entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o desenvolvimento do BS, é possível afirmar que o modelo Ethos/IBASE é apropriado para a organização objeto de estudo, pois possibilita demonstrar as práticas socio ambientais da empresa. Tinoco (2006) corrobora apresentando o BS como um mecanismo de gestão com o objetivo de relatar às partes interessadas as práticas socioambientais relacionadas ao desempenho da organização.

Demonstrou-se no período analisado, a evolução na distribuição de riquezas aos cotistas\proprietários, redução significativa na distribuição de riquezas para funcionários e despesas financeiras e, elevada carga tributária aplicada a organização.



RELISE

68

O estudo teve duas contribuições, uma acadêmica, na discussão sobre a temática do BS, e outra gerencial, realizando o cálculo DVA e apresentando BS à organização objeto de pesquisa, fomentando a disseminação da cultura de melhores práticas.

Para estudos futuros, sugere-se abordar melhores práticas ligadas à gestão, como o Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade (PGQP), e normas para a indústria da *International Organization for Standardization (ISO)*.

REFERÊNCIAS

ABERJE. **relação de empresas com Balanço Social**. Disponível em: <http://www.aberje.com.br/servicos_cursos_ao_detailhes.asp?id=87> acesso jun/2020

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**. Um enfoque econômico-financeiro. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

AZEVEDO, Osmar Reis. **DFC e DVA**. Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado. São Paulo: IOB, 2008.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil**. 1988. 23.ed. Brasília. Câmara Deputados, 2004.

_____. Planalto. **Política Nacional do Meio Ambiente. Lei nº 6938 de 1981**. (lei alterada em 2010). Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938/compilada.htm> acessado em mar/2011.

CARVALHO, F.; SIQUEIRA, J. Regulamentações brasileiras do balanço social. In: **Anais do Congresso USP**. 2005.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. **Resolução CFC n. 1.138 de 21.11.2008**. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao_cfc1138_2008.htm> acesso 01/abr/2020.

_____. **Resolução CFC nº 1.162 de 27.03.2009**. D.O.U.: 31.03.2009. Disponível em: <http://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao_cfc1162_2009.htm>



RELISE

69

Acesso em 01/abr/2011

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Deliberação CVM nº 557/2008**. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 09 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata da Demonstração do Valor Adicionado, 2008. Disponível em:

<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos_Redir.asp?Tipo=D&File=%5Cdeli%5Cdeli557.doc> Acesso em: 01/abr/2020.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL - CRC. **Manual De incentivos Fiscais**. Para Investimentos Sociais, Desportivos e Culturais. Porto Alegre: CRC, 2009. Disponível em:

<http://www.crcrs.org.br/arquivos/livros/livro_incentivos.pdf> acesso em 01/mar/2020.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Gerencial, Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 1998.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Assembléia Legislativa. **Lei n. 11.440/2000**. Disponível em:

<<http://www.al.rs.gov.br/RespSocial2005/edital.asp>> Acesso em: 01/set/2020.

FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações. Aplicável às Demais Sociedades**. São Paulo: Atlas, 2000.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MACHADO DE ASSIS. **Guia de Formação de Trabalhos Acadêmicos – FEMA**. Santa Rosa: [s.e.], 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HORNGREN, Charles Thomas. **Contabilidade de Custos: um enfoque administrativo**. São Paulo: Atlas, 1986.

INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Guia de elaboração do balanço social**. São Paulo. 2005. PDF. Disponível em: <www.ethos.org.br> Acesso em 01/mai/2020.

_____. **Introdução ao Balanço Social**. 2007. Disponível em:



RELISE

70

<http://www.ethos.org.br/docs/conceitos_praticas/guia_relatorio/default.htm>
acesso em 24/fev/2020.

____. **Responsabilidade Social Empresarial para Micro e Pequenas Empresas**. 2003. Disponível em:
<http://www.ethos.org.br/_Uniethos/Documents/responsabilidade_micro_empresas_passo.pdf> 28/fev/2020.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; PEREIRA, Elias. **Dicionário de termos de contabilidade**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Contabilidade Gerencial**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações** (aplicável às demais sociedades). 7.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de balanços**. 9.ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2008.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanco Social**. Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

LOPES DE SÁ, Antonio. **Teoria da Contabilidade**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LUCA, Márcia Martins Mendes de. **Demonstração do Valor Adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

MACHADO, Márcio André Veras; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva; MACHADO, Márcia Reis. Análise da relevância do conteúdo informacional da DVA no mercado brasileiro de capitais. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 26, n. 67, p. 57-69, 2015.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial – Um Enfoque em Sistema de Informação Contábil**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PINTO, Anacleto Laurino; RIBEIRO, Maisa de Souza. Balanço social: avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de



RELISE

71

Santa Catarina. **Revista contabilidade & finanças**, v. 15, n. 36, p. 21-34, 2004.

PORTAL DE CONTABILIDADE. Balanço social. **Resolução Conselho Federal De Contabilidade - CFC n. 1.003 de 19.08.2004**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/res1003.htm>> aceso em 04/nov/2020

REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade social das empresas e balanço social**. Meios propulsores do desenvolvimento econômico social. São Paulo: Atlas, 2009.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Saraiva, 2009.

RICARDINO, Álvaro. **Contabilidade gerencial e societária**. Origens e desenvolvimento. São Paulo: Saraiva, 2005.

RODRIGUES, Ana Tércia Lopes. A intermediação no recolhimento de tributos dos clientes. In: **VIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul - Profissão Contábil: o Futuro Hoje**. 2001, Gramado, RS, Anais. Gramado: CRCRS, 2001, p. 21-38, v.1.

SEOW, Christopher; HILLARY, Ruth; JAMALI, D. Insights into triple bottom line integration from a learning organization perspective. **Business Process Management Journal**, 2006.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Balanço Social**. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Balanço Social e o Relatório da Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2010.